

A ALEMANHA DE WEIMAR E O ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS: CULPA DO PASSADO E EVOLUÇÃO NO PRESENTE

WEIMAR GERMANY AND THE HOSPITALIZATION OF REFUGEES: PASSES OF THE PAST AND EVOLUTION

<https://doi.org/10.55839/2318-8650RevParRPv33n1pa44-69>

Cleide Calgaro¹

André Rafael Weyermüller²

RESUMO

A Constituição de Weimar nasce do esforço da política alemã que tentava restabelecer a ordem constitucional depois da abdicação do imperador após a derrota na I Guerra Mundial, a qual causou profundas fissuras na sociedade, a qual passou a perseguir um modelo político que fosse capaz de responder a anseios amplos de liberdade e democracia, contrariamente à tradição militarista e estratificada da era Guilhermina. Paradoxalmente, as regras democráticas de Weimar foram usadas como meio para a ascensão do regime nazista que nutriu-se das dificuldades econômicas e dos ressentimentos da derrota e do Tratado de Versaillhes. A II Guerra Mundial acabou sendo uma consequência dessa política tirânica e provocou uma realidade de destruição e culpa nunca imaginada. Um amplo processo de aceitação de culpas e evolução foi necessário e o acolhimento de grande massa de refugiados foi a expressão mais clara dessa nova Alemanha fortemente imbuída dos preceitos construídos em Weimar.

Palavras-chave: Alemanha. Refugiados. Sociedade. Weimar.

¹ Pós-Doutora em Filosofia e em Direito ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Doutora em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, na condição de taxista CAPES. Doutoranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Mestra em Direito e em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Atualmente é Professora da Graduação e Pós-Graduação em Direito na Universidade de Caxias do Sul. É Líder do Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica” da Universidade de Caxias do Sul-UCS e Vice-Líder do Grupo de Pesquisa “Filosofia do Direito e Pensamento Político” da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Atua como pesquisadora no Grupo de pesquisa “Regulação ambiental da atividade econômica sustentável (REGA)” da Escola Superior Dom Helder Câmara e no CEDEUAM UNISALENTO - Centro Didattico Euroamericano sulle Politiche Costituzionali na Università del Salento-Itália. É membro do Comitê Assessor de Ciências Humanas e Sociais da FAPERGS: Membro Titular (2019-2021). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1840-9598>. CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>. E-mail: ccalgaro1@hotmail.com

² Pós-doutor em Direito pela PUC-Rio e pela URI-Santo Ângelo. Pós-doutorando em Direito pela UCS. Doutor e Mestre em Direito pela Unisinos. Especialista em Direito Ambiental pela Feevale. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Unisinos. Pesquisador e Professor nos mestrados em Indústria Criativa e Qualidade Ambiental da Feevale. Docente no mestrado em Direito da Empresa e dos Negócios da Unisinos. Professor na graduação em Direito da Feevale e da Unisinos. Autor de livros, capítulos de livros e artigos científicos. Advogado. E-mail: andrerw@feevale.br

ABSTRACT

The Weimar Constitution is born of the effort of German politics that tried to restore the constitutional order after the emperor's abdication after the defeat in World War I, which caused deep fissures in society, which began to pursue a political model that was able to respond widespread yearnings for freedom and democracy, contrary to the stratified militarist tradition of the imperial age. Paradoxically, Weimar's democratic rules were used as a means for the rise of the Nazi regime, which was nourished by economic hardship and the grudges of defeat and the Versailles Treaty. World War II turned out to be a consequence of this tyrannical policy and provoked a reality of destruction and guilt never imagined. A broad process of accepting blame and evolution was necessary, and the reception of a large mass of refugees was the clearest expression of this new Germany strongly imbued with the precepts built at Weimar.

Keywords: Germany. Refugees. Society. Weimar.

1 INTRODUÇÃO

A Alemanha passou por um século de grande controvérsia. Entre tantos fatos históricos vividos pelo povo alemão, certamente o século XX causou o maior impacto e teve as consequências mais profundas. As duas guerras mundiais, as rupturas sociais e políticas, a divisão em dois países, a reconstrução material e moral, a reunificação entre outras situações decorrentes dessas principais, marcaram profundamente a sociedade e o mundo.

O período da República de Weimar representa uma tentativa de reconstrução de tudo o que havia sido fragmentado pela I Guerra Mundial. Nesses anos difíceis, ensaiou-se uma nova estrutura social com importantes avanços garantido por uma carta constitucional revolucionária em sua essência transformadora e promotora de princípios democráticos e republicanos raros na história da humanidade.

Infelizmente a democracia republicana de Weimar viu-se enredada em tamanha complexidade social, que acabou por servir de caminho legal para a ascensão do nazismo, regime que levou a Alemanha para um patamar de desagregação, destruição e culpa possivelmente únicos na História.

Weimar, democracia, nazismo e acolhimento de refugiados se interligam. Assim, o objetivo da pesquisa é descrever como a Alemanha produziu tantas contradições em virtude das duas guerras mundiais, nas quais a sociedade alemã promoveu realidades paradoxais que acabara por funcionar como causa e efeito e marcaram a História da humanidade de maneira profunda. Objetiva-se também avaliar a evolução dessa mesma sociedade à partir dos

preceitos construídos em Weimar após a trágica guerra encerrada em 1918 até o fato mais marcante da Alemanha no século XXI, qual seja o acolhimento de grande número de refugiados em 2015.

2 ANTECEDENTES DA REPÚBLICA DE WEIMAR: A ALEMANHA E A GRANDE GUERRA DE 1914

A história se repete e revela realidades que já deveriam ter sido superadas. Problemas atuais como o terrorismo estão ligados diretamente a fatos históricos do início do século XX, assim como é perfeitamente clara a relação entre o problema dos refugiados com os conflitos não resolvidos no século XX. Os mecanismos de dominação e o sofrimento humano resultante são os mesmos do passado. São atemporais. Nesse sentido é como se não houvesse passado 100 anos desde a I Guerra Mundial.

O papel da Alemanha no desencadeamento do conflito mundial remonta a décadas anteriores, principalmente a partir dos fatos que levaram a sua unificação num império central liderado por um imperador escolhido entre os quatro reis dos principais Estados monárquicos que passaram a compor o que se conhece hoje por Alemanha. Prevaleceu o rei da Prússia.

As causas da I Guerra Mundial podem ser buscada no final do século XIX, época que ainda vivia as consequências da política construída após a era napoleônica. Após o período conturbado de guerras ocasionadas na esteira da Revolução Francesa, onde Napoleão despontou como senhor absoluto, um sistema de balanceamento de forças e apaziguamento foi construído, sobretudo com base na política de Otto von Bismarck, o “chanceler de ferro”. Bismarck (EVANS, 2010, p.39) era uma figura política dominadora, militarista, protestante (notório anti-católico que promoveu a *Kulturkampf*) (HAFFNER, 1998, p.422) e *Junker* (proprietário de terras). Participou ativamente da política prussiana que culminou com a Unificação e a proclamação do II Reich alemão no Palácio dos Espelhos do Palácio de Versalhes em 1871, onde foi coroado imperador o também rei da Prússia, Guilherme I. Convém lembrar a importância desse fato, pois, no mesmo ambiente, em 1919, a Alemanha se comprometeria a um tratado construído como uma forma de sufocar de vez as pretensões alemãs e que viria a ser o principal argumento do radicalismo do período chamado “entre guerras” ou da República de Weimar que alimentou ódios e ressentimentos antigos que passaram a ser justificadores de uma nova guerra que não tardou a eclodir. No tratado

assinado em Versalhes, tem-se a exclusão de grupos étnicos do sistema de proteção dos Estados. Conforme Hannah Arendt,

as guerras civis que sobrevieram e se alastraram durante os vinte anos de paz agitada não foram apenas mais cruéis e mais sangrentas do que as anteriores: foram seguidas pela migração de compactos grupos humanos que, ao contrário de seus predecessores mais felizes, não eram bem-vindos e não podiam ser assimilados em parte alguma. Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugio da terra. (ARENDR, 1989)

O papel de Bismarck na construção da história alemã e europeia foi central. A relativa estabilidade posterior ao período napoleônico foi construída não com base na paz, mas sim pelo conflito. Nesse período foi plantada a raiz da rivalidade franco-germânica do século XX, pois ocorreu a guerra franco-prussiana. Inclusive, essa atribuição de responsabilidade francesa aos problemas alemães foi bastante destacado por Hitler no seu livro *Mein Kampf*, onde identificou como inimigos da Alemanha os judeus e a França. Essa era, porém, apenas uma parte do problema, pois as rivalidades na Europa eram muito mais profundas.

É fato que a complexidade da política europeia era enorme. Um fato aparentemente alheio aos interesses alemães tomou proporções impensáveis, quando em 1868, o exército espanhol depôs a rainha para instalar uma monarquia constitucional. Pelo sistema monárquico da época, era possível a candidatura de um príncipe de fora, sendo o preferido o príncipe Leopoldo descendente do ramo católico e sulista da família dominante na Prússia, os Hohenzollern. Bismarck apoiou a candidatura que tinha forte oposição de Napoleão III da França. Para evitar um conflito com a França, Leopoldo foi aconselhado pelo rei prussiano a retirar a candidatura. Uma reviravolta de interesses fez com que houvesse nova candidatura de Leopoldo, que dessa vez sofreu oposição da Inglaterra e da Rússia, o que levou a um novo recuo alemão. Estava tudo calmo, mas a França exigiu uma garantia do rei prussiano de que não haveria nova tentativa de influir na Espanha por meio de uma candidatura Hohenzollern. Essa medida foi interpretada como afronta, e Bismarck resolveu publicar na imprensa o conteúdo do telegrama recebido pelo rei prussiano. A opinião pública alemã tomou o fato como uma grave provocação. Como consequência, a França declara guerra à Prússia levando a Baviera a se alinhar com a Prússia contra a França. Deu-se assim a unificação alemã com a derrota da França e o surgimento do novo império alemão. (KITCHEN, 2013, p.157-159.) Dessa forma

a Alemanha alcançou a unificação política sob os auspícios da Prússia graças a liderança de Otto von Bismarck, cujas vitoriosas guerras conta Dinamarca

(1864), Áustria (1866) e França (1870-71) levaram a criação do Segundo Reich, tendo como imperador o rei prussiano Guilherme I. Se por um lado anexou territórios da Dinamarca (Schleswig-Holstein) e da França (Alsácia-Lorena), Bismarck fez da Áustria (a partir de 1867, Áustria-Hungria) o aliado mais próximo da Alemanha e o alicerce do sistema de alianças pós-1871 cujo propósito era manter a França isolada. (SONDHAUS, 2013, p. 21).

Ocorre assim a união alemã em torno de um imperador, criando um novo centro de poder e rivalidades futuras com impérios britânico e o russo. O mais importante, porém, foi o nascimento de um ressentimento histórico profundo entre a França e o Império Alemão devido a anexação da Alsácia e Lorena. Num futuro não muito distante essa questão voltaria com toda a força e serviria de pretexto para desconfianças mútuas que levaram a França a se aproximar da Rússia, colocando o jovem Império Alemão numa posição estratégica desfavorável, na medida em que passou a ter dois inimigos potenciais, um no oeste e outro no leste.

O período de 1887 até 1907 foi a fase de transformação de um sistema multipolar para uma realidade de polarização do continente europeu. No final do século XIX havia a convivência de várias forças e esferas de interesses que se mantinham precariamente em equilíbrio. Nesse cenário, França e Grã-Bretanha rivalizavam na África e Ásia; Rússia e Áustria-Hungria rivalizavam nos Bálcãs; França e Itália alimentavam tensões sobre o domínio do norte da África, entre outros focos de tensão e alinhamento em torno de tratados complexos como a Tríplice Aliança de 1882 e o Tratado de Resseguro de 1887. Os grandes impérios coloniais disputavam vários pontos de interesse e alimentavam a desconfiança mútua. Uma guerra continental futura era certa, pois França, Rússia e Grã-Bretanha passaram a formar a Entente Cordiale e os Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Itália inicialmente, formando a Tríplice Aliança, que posteriormente teve o alinhamento do Império Otomano. (CLARK, 2014, p. 149-151) Para Jean-Yves Le Nauor,

o sistema de blocos de aliança - Tríplice Entente contra a Tríplice Aliança – era então apontado como a engrenagem fatal que engolia todas as potências quando uma delas se envolvia no conflito. Mas essa explicação não sustenta: essa mecânica dos blocos, que espíritos preguiçosos identificam como a causa da guerra, é antes uma consequência do que um fator desencadeador. Na verdade, desde 1908, por várias vezes essa engrenagem pôde ser interrompida. (LE NAOUR, 2015, p. 9).

A realidade de beligerância era resultado de um processo histórico e político extremamente complexo. Os interesses e zonas de influências deixaram vários aspectos

obscuros, o que leva a uma indeterminação de responsabilidades. A gênese da I Guerra Mundial é difícil de delimitar, sobretudo, por causa de alguns problemas muito bem destacados por Christopher Clark. (CLARK, 2014, p.21-24). O primeiro problema é a abundância de fontes de pesquisa, pois os protagonistas da guerra produziram grandes edições de documentação diplomática: A publicação alemã (*Die Grosse Politik*), tinha 57 volumes formados por 15.889 documentos. A França segue o mesmo caminho, assim como a Áustria (*Österreich-Ungarns Aussenpolitik*) e a Inglaterra (*British Documents on the Origins of the War*). Assim tem-se a base oficial para uma prodigiosa guerra de documentos. Outro problema é a ambiguidade da memória. As recordações desses homens revelam-se muitas vezes contraditórias aos fatos traídos na imprensa e até nos documentos oficiais. Um terceiro problema é que muitas comunicações importantíssimas daquele período foram feitas pessoalmente, sem testemunhas capazes de esclarecer a verdade.

As formulações teóricas de guerra dos estrategistas alemães acabaram por orientar a postura das principais potências daquele tempo, dando esperanças de vitória até para os países mais fracos militarmente como a França e a Áustria-Hungria, os quais experimentariam com mais ênfase as catastróficas consequências dessa nova forma de guerra. (SONDHAUS, 2013, p. 44) Por mais definidor que tenha sido a postura errática do imperador alemão, não foi somente ele o responsável pelo que se seguiu, pois

a Alemanha provavelmente teria construído uma grande armada sem ele, o exército teria desempenhado um papel devastador apesar de suas intervenções e o imperialismo teria sido ruidosamente racista se ele não estivesse no trono. Ele talvez tenha enfatizado essas tendências em seus deploráveis discursos e em declarações públicas, bem como na sua escolha de conselheiros e nas intervenções diretas no processo político; mas em tudo isso ele era em grande medida um produto de sua época. Seu desastroso legado foi o fato de ele ter deixado de propiciar a coordenação de que o sistema desesperadamente necessitava. (KITCHEN, 2013, p. 232).

O intento alemão de equiparar sua força militar com a Inglaterra, sobretudo com navios de guerra, criou desconfiças que nem as mais próximas relações familiares puderam controlar, pois eram todos parentes. Aos poucos se abriam as portas para o inferno da I Guerra Mundial, conflito que foi, conforme Hannah Arendt, “uma explosão que dilacerou irremediavelmente a comunidade dos países europeus, como nenhuma outra guerra havia feito antes.” (ARENDT, 1989, p. 369)

Foi a “Grande Guerra” como designou Viktor Dankl. Porém, ainda em 1914, ou seja, no segundo mês do conflito já passou a ser reconhecida como a “Primeira Guerra Mundial” com a primeira referência feita pelo filósofo alemão Ernest Haeckel, prevendo que ela não

seria definitiva, por mais destruidora que fosse. Também se deve essa perspectiva de futuro a Charles à Court Repington, que publicou em 1920 um livro de memórias de guerra intitulado *A Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*. (SONDHAUS, 2013, p.13) O conflito foi o ponto máximo de desumanidade e destruição visto até ali, potencializado pelas novas tecnologias militares.

Líderes foram forjados nesse contexto: Mussolini, De Gaulle, Hitler, Churchill entre outros lutaram nas trincheiras da I Guerra Mundial e voltaram à cena anos depois protagonizando eventos ainda mais complexos. A guerra acabou se transformando num grande caldeirão desumanidades. Uma das consequências foi tornar Hitler possível no futuro, pois

sem a experiência da guerra, a humilhação da derrota e a instabilidade resultante da revolução, o artista fracassado e marginal social não teria descoberto o que fazer da vida, não teria entrado para a política e encontrado seu ofício de propagandista e demagogo de cervejaria. E, sem o trauma da guerra, da derrota e da revolução, sem a radicalização política da sociedade alemã que esse trauma provocou, o demagogo não teria audiência para sua mensagem estridente e cheia de ódio. O legado da guerra perdida propiciou as condições para que os caminhos de Hitler e do povo alemão comessem a se cruzar. Sem a guerra, seria impensável um Hitler no assento de chanceler que havia sido ocupado por Bismark. (KERSHAW, 2010, p. 81)

A I Guerra Mundial foi um evento transformador que causou profundas rupturas no estado de coisas da Europa. Uma geração praticamente inteira de jovens foi aniquilada em batalhas completamente absurdas sob a lógica militar. (SONDHAUS, 2013, p. 545-546) Entre suas principais consequências foi a causa de grandes ondas de apátridas e refugiados. Assim como hoje, a tragédia humanitária dos refugiados se revelou um grave elemento colateral de um conflito armado. Os arranjos da Conferência de Paris significaram para muitos grupos humanos a perda de esperança e condenação a aniquilação futura. Assim,

só após a queda dos últimos remanescentes da autocracia européia ficou claro que a Europa havia sido governada por um sistema que nunca levou em conta as necessidades de pelo menos 25% da sua população. Esse mal, contudo, não foi sanado pela criação dos Estados sucessores dos impérios desmembrados, porque cerca de 30% dos seus quase 100 milhões de habitantes eram oficialmente reconhecidos como exceções a serem especialmente protegidas por tratados de minorias. (ARENDT, 2012, p. 375)

A I Guerra Mundial pode ser compreendida como um conflito generalizado onde todas as diferenças e disputas entre os donos do mundo na época poderiam ser resolvidas num embate definitivo. Essa era a visão predominante na opinião pública que não se temia a guerra, mas sim se encarava uma noção de realidade que centrava a solução dos conflitos por meio de um confronto futuro inevitável. Tudo mudou depois daquele verão de 1914 com o

assassinato do herdeiro do trono de Francisco José da Áustria-Hungria e sua esposa em uma visita a Sarajevo. Foi o primeiro tiro da guerra e foi disparado por Gravilo Princip, um jovem terrorista. (KITCHEN, 2013, p. 261)

O campo de batalha da I Guerra Mundial revelou a face mais inacreditável de destruição e desperdício de vidas vista até então, principalmente devido a forma que se desenvolveram os combates. As táticas militares não estavam adaptadas ao uso maciço de metralhadoras, canhões rápidos como o “75” francês, gás, aviões e até dirigíveis pelos alemães. O confronto direto de grandes massas de soldados munidos de armamentos novos teve como consequência um morticínio absurdo e a produção de milhões de mutilados. Logo em seguida, muitos desses homens sem perspectiva de vida acabaram aderindo ao nazismo durante a República de Weimar, confiantes na perspectiva de reabilitação de seu orgulho nacional e justificação para sua condição pessoal. Erich Maria Remarque, célebre escritor alemão reconhecido pela sua mensagem pacifista, escreve o sofrimento humano em sua obra *Nada de Novo no front (In Westen Nichts Neues)* que foi transformado em um clássico do cinema (URWAND, 2014):

Bombardeio, fogo cerrado, fogo de barragem, gás, minas, tanques, metralhadoras, granadas de mão... são apenas palavras, mas encerram todo o horror do mundo. Nossos rostos estão cobertos por uma crosta, nosso pensamento, aniquilado; estamos exaustos. Quando vier o ataque, será preciso despertar alguns a murro para que avancem com os outros; nossos olhos estão inchados, as mãos rasgadas, os joelhos sangram, os cotovelos estão esfolados. Quanto tempo passou? Semanas? Meses? Anos? Dias, são apenas dias. (REMARQUE, 2008, p.108)

Um exemplo concreto do quanto a I Guerra Mundial provocou sequelas profundas nos combatentes foi a produção de uma mente como a de Adolf Hitler, que havia lutado durante quase toda a guerra onde foi ferido várias vezes. Para Hitler o fim da guerra representou uma grande frustração principalmente porque perde a única referência de vida que lhe fazia sentido. Isso também ocorre com Mussolini. Com o fim da guerra, Hitler se vê em um vazio que é preenchido pela política justamente numa das mais conturbadas fases históricas da Alemanha: os anos pós-guerra na República de Weimar. Nesse período o alvo dos ódios era o Tratado de Versailhes, no qual o artigo 231 era a fonte desse sentimento de traição. Por esse artigo a Alemanha aceitava expressamente a “culpa exclusiva” ou *Alleinschuld* pela guerra. (EVANS, 2010, p. 107-108) A culpa pela guerra nunca foi aceita e gerou um profundo sentimento de revanchismo que somente poderia ser expresso com mais uma guerra. Esses sentimentos foram trabalhados pela propaganda de Goebbels (EVANS, 2014, p. 151) e serviram de excelente programa político nos anos de Weimar.

3 A República de Weimar e a ascensão do nazismo

O campo de concentração de Buchenwald, um dos infames centros de detenção, sofrimento e morte do regime nazista, está surpreendentemente relacionado a um elemento subjetivo da história da Constituição de Weimar. O elo que liga o campo, Weimar e Goethe é uma árvore. Localizado no coração da Turíngia, o campo recebia intelectuais, judeus, inimigos políticos entre outros inimigos do regime que eram pendurados com braços pelas costas nas árvores da floresta e lá passavam por horríveis provações. O campo foi instalado dentro de uma região de floresta próxima a Ettersberg, um lugar que outrora era próprio para passeios românticos na mesma época em que Goethe viveu em Weimar. Devido à proximidade, acredita-se que Goethe fazia excursões à cavalo até Ettersberg e que, nessas ocasiões, se sentava sob a sombra de um carvalho. Inclusive, se acreditava que lá teria escrito parte da sua obra *Fausto*. Quando, em 1937, a SS derrubou uma grande área da floresta para construir o campo, deixaram o tal carvalho em respeito a essa tradição essencial da cultura alemã relacionada a Goethe. Assim, o “carvalho de Goethe” ficou, paradoxalmente, dentro do campo para testemunhar os horrores do nazismo. (RYDEL, 2018, p. 56-57)

O poeta nacional representava uma identidade, uma ligação da nação com suas raízes culturais. Escolher Weimar como a cidade que seria a sede de um congresso formado especialmente no Teatro Nacional de Weimar, foi a alternativa escolhida por Ebert para fugir da agitação social e política de Berlim em 1919 e para ser o berço da democracia alemã. Tratava-se de uma tentativa de legitimar o novo regime baseado na nova constituição que lá foi redigida. Conforme Rydell, “a cultura de Weimar se tornou foco de uma incandescente luta entre dois aspectos irreconciliáveis da Alemanha – o modernismo, o cosmopolitismo e a democracia de um lado e o culto à beleza, a violência e o fascismo de outro.” (RYDEL, 2018, p. 66-67). Assim, Weimar e Goethe se ligam como esperança para um futuro que não saiu como idealizado.

A história da Alemanha durante os anos posteriores a I Guerra Mundial foi extremamente complexo e marcante. Foi um período marcado pela tentativa política de criar um ambiente institucional e jurídico capaz de fazer frente às devastadoras consequências da guerra. Nesse período conturbado que na verdade foi apenas uma pausa da guerra até chegar 1939. A nova formatação das fronteiras, a perda de colônias pelos vencidos, crises

econômicas severas, sentimento de revanche e, principalmente, a criação das condições ideais para o surgimento de regimes totalitários, são características gerais desse período.

Evidentemente que o mais destacado nesse período foi a ascensão do nazismo dentro do contexto constitucional inovador de Weimar. O período normalmente conhecido como “entre guerras” teve contornos muito próprios. Foi o período de preparação para o novo conflito. Comparando com os dias atuais é possível encontrar alguns pontos em comum que revelam uma repetição cíclica de determinados problemas reincidentes, tais como as crises econômicas, desemprego, radicalismo e xenofobia.

Esse período entre guerras foi conflituoso não só na Alemanha, mas também em muitos outros países, uma vez que os anos vinte e trinta foram caracterizados pela ascensão de regimes totalitários na URSS, Itália, Hungria, Espanha, Japão, Brasil entre outros. A Crise de 1929, a invasão japonesa da Manchúria, a Guerra Civil Espanhola (KAUFFMANN, 2015, p. 44-45), a remilitarização da Renânia, a anexação dos Sudetos tchecos pela Alemanha, o *Anschluss* (anexação) da Áustria pela Alemanha e a chegada de Hitler ao poder em 1933 são outros contornos da complexidade desse período.

A situação peculiar da Alemanha no contexto de Weimar se evidencia pelo curtíssimo espaço de tempo de transição da monarquia centralizada no *Kaiser* para uma república. Isso se deu sem debate ou transição entre realidades tão diferentes, o que levou a sérias dificuldades para a assimilação e aceitação pelos alemães. A sociedade alemã estava profundamente vinculada ao antigo sistema político monarquista e autoritário e agora se transforma num país democrático republicano. É possível sintetizar a realidade alemã e a sucessão de fatos políticos como uma série de oportunismos e improvisos que tornavam a república instável e frágil:

Medo e ódio regiam os dias na Alemanha ao final da Primeira Guerra Mundial. Batalhas com armas de fogo, assassinatos, revoltas, massacres e inquietação civil negavam aos alemães a estabilidade necessária para que uma nova ordem democrática pudesse florescer. Contudo, alguém tinha que tomar as rédeas do governo após a abdicação do Kaiser e o colapso do Reich criado pro Bismark. Os social-democratas meterem-se na brecha. Um grupo de lideranças do movimento operário emergiu da confusão do início de novembro de 1918 para formar um Conselho dos Delegados do Povo. Unindo ao menos por um breve período as duas alas do movimento social-democrata (a maioria, que havia apoiado a guerra; e os independentes, que havia se oposto), o conselho foi liderado por Friedrich Ebert, funcionário de longa data do partido Social-Democrata. (EVANS, 2010, p. 123)

A Constituição de Weimar foi a única opção, a única saída que havia frente ao vácuo de poder deixado por Guilherme II ao tomar o trem que o levou para o exílio na Holanda de

onde nunca mais voltou, apesar de algumas tentativas de grupos monarquistas e maquinações de um de seus filhos, o príncipe herdeiro, que era muito próximo do regime nazista. A antiga tradição prussiana estava acabada, mas o saudosismo da era Guilhermina povoava a mente de muitos alemães, sobretudo dos militares e veteranos da I Guerra que se ressentiam da imaginária maquinação de judeus. Não foi nada fácil restabelecer a ordem e recompor o funcionamento das instituições sem as antigas amarrações que se davam em torno da nobreza e dos partidos políticos tradicionais que acabam perdendo espaço a tal ponto de viabilizar a nomeação de Hitler para chanceler do Reich, algo inimaginável pelos políticos tradicionais. Após a tentativa de golpe por Kapp, as rédeas da nação foram seguradas por um grupo político que se dispôs a enfrentar os enormes desafios que se colocaram para a sociedade alemã.

Fo Friedrich Ebert que assumiu um papel político importante nessa primeira fase do que seria a república alemã de Weimar. Conciliador e hábil na construção de consenso, mostrou-se contrário à via revolucionária que tanto desejavam outros grupos políticos. Coube a ele e seu grupo organizar as eleições para eleger uma Assembleia Constituinte no início de 1919 que teria o papel de redigir a nova Constituição reunida na cidade de Weimar, célebre por sua ligação com Goethe. Assim,

no lugar do Kaiser havia um presidente do Reich que seria eleito, como o presidente dos Estados Unidos, por voto popular. Isso não só lhe conferia legitimidade independente nas tratativas com o Legislativo, como também encorajava o uso de amplos poderes de emergência a ele concedidos pelo artigo 48 da Constituição. Em tempos difíceis poderia governar por decreto e usar o Exército para restaurar a lei e ordem em qualquer estado federado que julgasse estar sob ameaça. O poder de governar por decreto foi planejado apenas para emergências excepcionais. Mas Ebert, como primeiro presidente da República, fez uso muito extensivo desse poder, empregando-o nada menos do que em 136 ocasiões diferentes. (EVANS, 2010, p. 125)

O uso de decretos em profusão revela a instabilidade da jovem e vacilante república alemã dos anos vinte. Seu governo foi marcado por forte oposição, sobretudo pela direita monarquista e conservadora apoiada pelos militares que nunca se submeteu de verdade à nova constituição republicana. Foi alvo de calúnias e de diversas tentativas de associá-lo a escândalos financeiros e outras maquinações que lhe tiraram as energias, dissipadas em dezenas de processos judiciais de reparação. Esgotado, Ebert se ressentia muito desses ataques e não aceitava que se colocasse sua lealdade e patriotismo em dúvida, pois, além de tudo, havia perdido dois filhos na guerra. Toda essa pressão fez o primeiro presidente republicano se descuidar de uma apendicite e morrer em 1925. (EVANS, 2010, p. 126-127)

Na sequência foi eleito o marechal Paul von Hindenburg, encarnação dos ideais da direita e símbolo de tradição prussiana. Grupos políticos antagônicos se digladiavam por mais espaço, com destaque aos comunistas e os nazistas, cujas pancadarias e tumultos legitimavam medidas que se propunham a manter a ordem em meio a um conjunto heterogêneo de partidos políticos, revolucionários e associações de ex-combatentes que entram em conflito direto levando a uma situação de instabilidade e medo que exigiu diversas medidas autoritárias. Arranjos nada coerentes que acabaram levando Hitler ao poder pelas mãos do idoso e reticente presidente Hindenburg, que particularmente não gostava nem um pouco de Hitler. Hindenburg foi obrigado pelas circunstâncias a formar um governo com a participação de Hitler que, por sua vez, estava legitimado por uma importante parcela do voto popular. Hitler não chega ao poder pela via do golpe ou da revolução, mas pelo voto popular, ungido pelo sistema político constitucional de Weimar.

Sua tentativa anterior, conhecida como “*puntch* de Munique”, foi frustrada pelo enfrentamento com tropas legalistas nas ruas de Munique onde resultaram vários mortos e feridos. Até chegar ao poder, o partido promovia um estado de constante instabilidade e guerreava de forma aberta com os comunistas que também buscavam um espaço dentro da política alemã. Sob o ponto de vista jurídico, a tentativa de golpe frustrada não teve as consequências que deveriam. A opinião pública ficou surpresa com as brandas penas aplicadas aos golpistas, mas uma crescente parcela da sociedade via com bons olhos esse radicalismo e via nesse ato um exemplo de patriotismo. Assim,

Hitler e os seus cúmplices foram julgados em abril de 1924. Ludendorff foi absolvido. Ernst Röhm o chefe dos camisas pardas valentes da SA (Sturmabteilung), foi condenado a três meses de prisão e a pagar uma multa de 100 marcos. Hitler foi condenado a cinco anos de prisão, mas foi solto no Natal tendo cumprido a pena parcial em uma cadeia de segurança mínima em Landsberg, onde passou o tempo escrevendo seu livro, o *Mein Kampf*. Essas penas absurdamente leves foram encaradas praticamente como absolvições, o que foi motivo de regozijo na direita e consternação na esquerda. (KITCHEN, 2013, p. 302)

Essas brechas no sistema e a benevolência do Judiciário bávaro deu a oportunidade de exposição pública nacional que alavancou a popularidade de Hitler. Tudo dentro da ordem constitucional. Inclusive, o livro produzido nesse período foi a base ideológica de um grande projeto de violência que culminou com o extermínio de milhões de pessoas anos depois. Antoine Viktrine destaca aspectos perturbadores sobre a influência de discursos totalitários contidos em *Mein Kampf* e tantas outras publicações que encontram aceitação em grande número de pessoas mundo afora como *O livrinho vermelho* na China e o *Tung Pavevac* do

Khmer Vermelho no Camboja.(HOBBSAWM, 1995, p. 438) O autor destaca algumas lições sobre o livro de Hitler: a primeira indica a importância de identificar os projetos políticos violentos e fanáticos sem subestimar seus criadores. Outra lição importante se relaciona ao convívio possível da barbárie com a democracia (não apenas na Alemanha), pois retrocessos democráticos podem ocorrer nas nações civilizadas frente ao vertiginoso aumento dos discursos radicais, uma vez que “a barbárie pode conviver facilmente com a democracia mais desenvolvida, e esta por sua vez de modo algum se preserva da selvageria. O nazismo aninhou-se nas falhas da democracia.” (VITKINE, 2010, p.212-213)

A Constituição de Weimar foi um marco no constitucionalismo mundial. Mesmo com o seu caráter mais progressista e democrático, muito diferente da velha ordem monarquista que desmoronou em 1918. Mesmo com seus aspectos republicanos positivos e todas as inovações que representou, esse período do constitucionalismo alemão proporcionou paradoxalmente um caminho legal para a ascensão do nazismo. Ao contrário de muitos outros exemplos históricos, onde propostas totalitárias ascendem ao poder pelo golpe, o nazismo joga o jogo republicano até um determinado momento, sucedendo medidas totalitárias para sedimentar o poder adquirido primeiramente pela via constitucional. A Constituição de Weimar serviu para os propósitos do nazismo assim como poderia ter servido aos propósitos de outras correntes políticas da época. Poderia ter sido um marco duradouro, mas os acontecimentos não permitiram. Hitler se torna o supremo “guia” ou *Führer* da sociedade alemã que nele depositou as esperanças de uma nova Alemanha. Porém, o resultado dessa aventura foi desastroso.

A tomada do poder pelo nazismo de Hitler suprime totalmente os preceitos democráticos da Constituição de Weimar. Tudo que era necessário para provocar uma nova guerra de proporções globais foi providenciado pelo regime nazista. Desde preparação militar em si, arranjos diplomáticos e até os mínimos detalhes da dominação de uma nação pela propaganda e pela violência. Os planos de Hitler e seus seguidores já eram mais ou menos definidos desde o início em suas linhas mais gerais. As ideias de Hitler em *Mein Kampf* não deixavam dúvidas sobre como seria o futuro com Hitler no poder.

Durante os conturbados anos da década de 1930, a ordem jurídica de Weimar vem com uma proposta democrática para uma nação que não era democrata e desaparece no regime nazista que dela se utilizou indevidamente. Ao ascender ao poder em 1933, diversos foram os movimentos estratégicos de expansão territorial que acabaram sendo recebidos com grande euforia. O respaldo militar que Hitler precisava foi construído sobre a erradicação de

parceiros que eram uma ameaça ao poder absoluto como Ernst Römm, líder da SA. Ao privilegiar as forças armadas tradicionais obteve apoio para a rápida expansão militar e para os movimentos que antecederam a II Guerra Mundial. Um caminho sem volta para a promoção das maiores barbáries da história humana.

Se a I Guerra Mundial foi uma experiência traumática, a II Guerra foi um conflito de proporções e impacto muito maior. Em 1918 a Alemanha se ressentia da derrota, da crise econômica e da instabilidade política. Em 1945 a Alemanha estava arrasada, física e moralmente, processando uma culpa vinda de dentro. Vendo da perspectiva das minorias perseguidas, a guerra em si era o pano de fundo de algo muito mais profundo e trágico. Na esteira dos combates e dos movimentos militares, iniciou-se a concretização do objetivo mais perverso do nazismo que era o extermínio sistemático de judeus e tantos outros.

A Constituição de Weimar assistiu ao desenvolvimento do ambiente propício para a tragédia a II Guerra, pois havia muitas áreas de tensão na década de trinta. A Itália de Mussolini tinha pretensões territoriais sobre a Albânia e a Grécia, assim como na África onde invadiu a Abissínia e se envolveu num conflito aberto com os interesses britânicos no norte da África que requereu envolvimento alemão para evitar a derrota total. Japão e Estados Unidos rivalizavam por interesses inconciliáveis no Pacífico, tendo o Japão iniciado seu projeto expansionista contra a China invadindo a Manchúria. Com Franco a Espanha experimenta uma amarga guerra civil que teve o envolvimento militar direto das forças armadas alemãs de Hitler de um lado e das soviéticas de Stálin de outro.(BEEVOR, 2007, p.210-211) Esses focos de conflito e atrocidades revelavam o quanto o mundo corria risco de viver um novo conflito mundial que em muitos aspectos seria uma continuidade do conflito anterior.(HOBSBAWM, 1995, p. 30) Conforme Edgar Morin, “a Segunda Guerra Mundial não foi a réplica da primeira; foi sua continuação. Ela transformou-se noutra, não só pelo crescimento das forças de morte, mas também, e sobretudo, pela intervenção dos dois totalitarismos concorrentes”.(MORIN, 2010, p. 21) A guerra foi muito mais destrutiva que qualquer guerra já travada e, desde logo se podia prever que levaria a Alemanha à ruína e depois, à vergonha e à culpa.(HART, 1976, p.119-123)

O período imediatamente posterior ao final da guerra testemunhou a maior onda de refugiados já vista. Dessa vez não eram franceses, belgas, poloneses e tantos outros, mas sim alemães. O bombardeio sistemático das cidades dia e noite e o avanço irresistível do exército soviético pelo leste provocou essa imensa debandada rumo a oeste também depois do final da guerra. Naquela época de total desolação, aqueles que haviam sobrevivido a toda sorte de

provações, bombardeios, doenças e fome, continuavam a vagar pela Alemanha arrasada sem saber aonde ir e o que encontrar. (ANDREAS-FRIEDRICH, 2012, p. 61)

O sentimento de desalento e impotência frente ao caos do final da guerra dentro da Alemanha marcou profundamente aquela geração que viveu esse fim. (LAMBERT, 2007, p. 472) Primeiramente, a luta pela sobrevivência e o ódio aos aliados, aos russos e aos nazistas. Cada um com sua tragédia e suas perdas irreparáveis. A falta de perspectiva e o desespero contaminaram a todos. Sentimentos idênticos aos vividos mais de setenta anos depois pelos refugiados que chegaram aos milhares na Alemanha. Um povo desenvolvido e de economia estável como a Alemanha certamente tem noção de quanto o bem-estar e a segurança são inestimáveis. A geração de alemães de hoje certamente tem no passado uma história de provação e horror idênticos na essência com as experiências dos refugiados que no século XXI repetem o sofrimento vivido no passado.

O século XX teve em sua primeira metade dois grandes conflitos mundiais e vários outros menores e também impactantes orbitando ao seu redor como partes indissociáveis com funções de causas e consequências inseridas num grande conjunto complexo de desagregação e radicalismo nunca antes visto. A segunda metade do século viria a ser um período de constantes espasmos resultantes dos eventos da primeira metade.

A II Guerra Mundial deixou cicatrizes profundas na humanidade. As atrocidades cometidas e a dimensão do sofrimento humano nunca poderão ser esquecidas. Grande parte do povo alemão tolerou e aceitou de forma passiva a violação de regras mínimas de humanidade em prol de uma aventura megalomânica oferecida pelo nazismo. Mesmo com alguma oposição, com dramas de consciência, com sentimentos religiosos conflitantes com a realidade política da época, o conjunto principal da sociedade alemã avalizou a implementação de crimes inimagináveis. A ignorância acerca do conjunto da obra de terror certamente precisa ser considerada, pois a propaganda oficial e a manipulação dos fatos, como feita durante anos pelo jornal nazista *Völkischer Beobachter* (DENNIS, 2014, p. 42), contribuíram de maneira definitiva para essa postura.

A revelação do Holocausto inicia um longo processo de assimilação e aceitação de responsabilidades. Se por um lado os alemães em geral foram complacentes com o nazismo e seus crimes, por outro lado acabaram sofrendo graves consequências quando a maré se virou contra a Alemanha. Em última análise o sofrimento humano acaba não tendo ideologia ou culpa, ele simplesmente ocorre, ficando difícil fazer um julgamento adequado de tamanha complexidade. Um grande e envolvente sentimento de culpa se instala na sociedade alemã

que procurou evoluir e resgatar de várias formas os erros do passado. Weimar foi uma tentativa de se adaptar a uma nova realidade, porém o radicalismo teimou em ficar. Felizmente a sociedade se reorganiza, se reunifica e segue um novo destino. Certamente essa nova fase se inspira em Weimar.

4 A ALEMANHA E A QUESTÃO DOS REFUGIADOS: UM RESGATE DO PASSADO?

Os refugiados e deslocados em geral da I Guerra Mundial e as grandes ondas de deslocamentos humanos provocada pela II Guerra Mundial se conectam claramente como os refugiados da guerra da Síria ou de qualquer outro país em conflito. Os mesmos medos e angústias, a busca incansável pela segurança e pela sobrevivência, a injustiça e a falta de amparo de quem poderia oferecer, a destruição de vidas e culturas, o surgimento de mágoas e sentimentos de revanchismo e vingança e tudo mais que se possa perceber nesses contextos é revivido por grupos humanos diferentes, mas que tem em comum as mesmas fragilidades e o mesmo direito de existir com dignidade.

Edgar Morin ressalta essa perspectiva temporal e destaca a concepção simplista da realidade reinante hoje. Por essa perspectiva equivocada, passado e presente são conhecidos e, assim, o futuro pode ser predito. A experiência do passado não é a única a contribuir para uma correta compreensão da realidade presente que, por sua vez, também contribui para conhecer o passado. Dessa forma, “o conhecimento do presente requer o conhecimento do passado que, por sua vez, requer o conhecimento do presente.”(MORIN, 2010, p. 12-13)

A questão delicada que segue até hoje na Alemanha é a da ciência sobre tais fatos durante a guerra e nos tempos que o regime ascendia ao poder. Se alguma culpa ficou na sociedade alemã pelo protagonismo do imperador Guilherme II e pela casta militar da época da I Guerra em seu nome, nada se compara ao choque de realidade sofrido logo ao final da guerra. Até que ponto o cidadão comum sabia da amplitude ou até da existência dos campos de morte é uma questão que nunca será esclarecida. (KAHN, 1973, p. 15)

O século XX serve de profusa fonte de pesquisa e permite várias abordagens em face da escala e da profunda gravidade. Importante tentar compreender o tamanho do impacto que a revelação desses horrores teve na sociedade alemã e como isso integra o atual contexto de aceitação dos refugiados na Alemanha. A mácula indelével na sociedade alemã provocada pelo período nazista dificilmente algum dia poderá ser realmente superada, sobretudo porque

o dano foi muito extenso e foi gestado num período que era para ser muito diferente considerando os preceitos de Weimar.

A experiência nazista foi tão terrível e se passaram muitos anos até que se pudesse começar a avaliar o período nazista e procurar encontrar algum tipo de aspecto positivo do regime. Somente em 1965 que o sociólogo Ralf Dahrendorf se dispôs a defender a espantosa tese de que nos doze anos do nazismo ocorreu um marcante grau de modernização. Dois anos depois David Schoenbaum seguiu essa mesma linha e defendeu que houve uma mudança fundamental nas estruturas sociais da Alemanha. Durante mais de vinte anos depois os historiadores alemães rejeitaram essas teses para somente depois disso ser retomado o debate acadêmico sobre o tema. A sociedade alemã foi posta em discussão como uma impossibilidade em virtude do fato de que importante parcela da população permaneceu longos períodos servindo às forças armadas, em face de haver grande número de estrangeiros escravos dentro da Alemanha suprimindo mão de obra e ainda em virtude de ter ocorrido um grande esforço do regime em destruir a estrutura familiar e promover a ideologia da comunidade racial onde a igualdade se daria entre arianos.(KITCHEN, 2013, p. 387) Conforme ressalta Evans, perto do final do século XX, muitos alemães mais velhos que viveram aquele período e deram apoio ao regime, o fizeram pensando em tornar a Alemanha novamente grande. Esse erro do passado deu novo significado a identidade alemã, quando que

ser alemão na segunda metade do século XX significava algo muito diferente do que representara na primeira metade: queria dizer, entre outras coisas, amar a paz, ser democrático, próspero e estável, e também ter um atitude crítica em relação ao passado alemão, com um sentimento de responsabilidade pela morte e pela destruição causadas pelo nazismo, e até mesmo sentir-se culpado por elas.(EVANS, 2014, p. 873)

A experiência histórica alemã não permite que se propaguem novos arroubos de nacionalismo que teriam consequências nefastas sobre a atual configuração de segurança, democracia e estabilidade vividas pela sociedade alemã. A acolhida de refugiados não foi apenas uma postura de Estado, foi também um sentimento espontâneo em muitos alemães. Evidentemente que há fortes resistências, porém o indicativo mais claro é de que se trata de um processo irreversível apoiado nessa base construída com sofrimento, culpa e compromisso.

A sociedade alemã demorou a conseguir falar abertamente sobre os crimes do passado. Em 1986, Ernest Nolte escreveu um texto publicado no jornal *Frankfurter Allgemeine* que causou grande controvérsia sobre a culpa alemã nos historiadores alemães. Nolte provocou a polêmica ao classificar os nazistas como antibolchevistas e Hitler como um elemento que

promovia na verdade uma autodefesa ao que chamou de ameaça asiática. Na mesma época, Andreas Hillgruber atribuiu a gloriosa *Wehrmacht* (forças armadas) a salvação de milhões de alemães da morte e dos estupros no final da guerra, preservando assim o mito das forças armadas que foram separadas da brutalidade das unidades da SS.

Jürgen Habermas promoveu e liderou então um contra-ataque a essa tendência de abrandamento da culpa com uma publicação vigorosa no jornal *Die Zeit*. Como isso foi possível interromper esse processo que visava reescrever a história recente alemã inaugurado por Nolte. Habermas também foi alvo de críticas ao não considerar os crimes cometidos em nome do comunismo, mas o que prevaleceu foi um entendimento centrado na gravidade dos crimes do nazismo. Assim, “os crimes alemães eram incomparáveis, e a expiação alemã era igualmente única.” (KITCHEN, 2013, p. 548-549) Desse processo de autoconhecimento e aceitação de responsabilidades pelos inegáveis fatos atroz do período nazista se formata a consciência e o compromisso com um futuro afastado do totalitarismo e de desrespeitos a direitos humanos.

Nesse contexto de evolução social e multiplicidade de percepções sobre o passado, o qual talvez nunca seja concluído enquanto processo histórico, acontece o desencadeamento de uma grave crise humanitária que se equivale àquelas ocorridas durante o século XX em decorrência das duas guerras mundiais. A maior parte dos refugiados que se dirigiu para a Europa buscou a Alemanha como destino final. A Alemanha passa então a ser o destino e a esperança, um porto seguro, para centenas de milhares de seres humanos que não têm mais esperanças e condições de se manterem em seus países de origem. A sociedade alemã acorda inserida num complexo problema humanitário que, além de repetir cenas do passado, gera controvérsias sobre o papel da sociedade em desempenhar uma ação acolhedora e, por outro lado, o evidente abalo sobre uma estabilidade vivida hoje. A aceitação e assimilação de grande número de refugiados representam um desafio não apenas de ordem econômica, mas também de cunho social.

A guerra civil da Síria foi a origem da maioria dos refugiados que chegaram na Alemanha a partir de 2015. Vidas que antes tinham uma história, uma ligação com um lugar, uma tradição cultural e religiosa milenar e vínculos de amizade que dificilmente serão refeitos algum dia. Milhares dessas vidas estão agora em solo alemão convivendo com uma cultura totalmente diferente, até por coisas simples como a alimentação, com dificuldades, mas livres da opressão e da violência que os afligia.

Segundo a ONU, trat-se da maior crise humanitária desde a II Guerra Mundial, sendo que mais de 65 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo. Conforme a agência da ONU para refugiados, ACNUR, uma em cada 113 pessoas no mundo é refugiada, requerente de asilo ou deslocada interna. Um número absurdo e extremamente preocupante. A maioria dessas pessoas são deslocados internos devido a conflitos e questões ambientais. Muitos foram se refugiar em países onde as condições de vida já não são favoráveis como Turquia, Paquistão e Líbano e que recebem cerca de 86% dos refugiados do mundo. Ou seja, a Europa recebe grandes quantidades, porém esse número é bem menor que o verificado em países mais próximos das regiões afetadas.(ONU, 2022) As diferenças culturais são evidentemente menores que em relação a Alemanha, mas não menos importantes.

A Alemanha é a protagonista da União Europeia. Sua economia dinâmica e poderosa é um dos sinais mais claros de estabilidade e assim de liderança no contexto europeu. Com o slogan de sua política "*Wir schaffen das*" (nós vamos conseguir), o país promoveu um amplo processo de acolhimento de refugiados desde o início da crise migratória em 2015. A crise humanitária se intensificava enquanto o mundo desenvolvido assistia passivo às consequências humanas de tal realidade.

Uma pesquisa realizada pela *Pew* indicou que as populações de 10 países europeus veem com desconfiança a entrada massiva de estrangeiros, sendo que os maiores índices de reserva se relacionam ao aumento da chance de ataques terroristas, disputa entre nacionais e estrangeiros para acesso a empregos e previdência e ainda o aumento da criminalidade, a qual é atribuída a estrangeiros.(EXAME, 2017) Essa percepção, em geral negativa, do fenômeno expõe as dificuldades de ordem interna nos países e que se torna ainda mais complexa na perspectiva da União Europeia.

A Alemanha juntamente com a Áustria decidiu suspender o “Regulamento de Dublin” para refugiados sírios em meados de 2015, fazendo com que os sírios fossem motivados a pedir asilo no país de entrada da União Europeia. Essa atitude acabou por projetar uma imagem bem diferente da Alemanha no Oriente Médio, onde que tradicionalmente a Europa é vista como hipócrita em relação a questões de direitos humanos devido às críticas feitas aos países árabes, porém sem ações concretas que lhe conferissem essa moral. Isso também é válido para a África onde a imagem alemã e europeia se modificou positivamente.

A Alemanha acabou por conquistar certa autoridade moral e reforçou seu protagonismo nas decisões do âmbito europeu. Angela Merkel, em seu terceiro mandato, é a protagonista de um processo histórico que descola cada vez mais a Alemanha de seu passado

beligerante e autoritário. Porém, essa posição política não é unanimidade no país e representa um grande risco político e social, uma vez que os custos de tal política são bastante altos e os índices de rejeição ao acolhimento de estrangeiros em tão grande número são elevados. (GLOBO, 2022).

O país recebeu em 2015 o impressionante número de 1,1 milhão de refugiados. A estimativa no início do afluxo de refugiados era de receber em torno de 800 mil. Desse total, a Síria, com 428 mil pessoas registradas, é o país que originou o maior número de refugiados que chegaram na Alemanha em 2015, seguidos pelo Afeganistão(154 mil), Iraque(122 mil), a Albânia(69 mil) e pelo Kosovo(33 mil).(DW, 2022) Com esse número de pessoas sem recursos mínimos para a sobrevivência, os gastos necessários para prover dignidade e financiar diversas despesas relativas aos refugiados acolhidos chegaram a 20 bilhões de euros em 2016, ano seguinte ao momento mais delicado da chegada de refugiados. Desse montante, cerca de 9 bilhões de euros foram destinados aos 16 estados federais para aplicação em ajuda aos migrantes e os outros 11 bilhões de euros foram destinados ao combate as causas desses deslocamentos pelo mundo. (DW, 2022)

Não é a primeira vez que ocorre um afluxo significativo de estrangeiros para a Alemanha, pois um fenômeno equivalente em certo sentido ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 quando da chegada de grande número de turcos que já estão hoje na terceira e até na quarta geração e estão em grande parte integrados a sociedade alemã mesmo com a resistência dos mais velhos em aprender o idioma alemão. O fenômeno da imigração turca para a Alemanha teve causa bastante diferente da dos refugiados de hoje. Esses turcos vieram como “convidados” para servir como complemento fundamental da mão de obra menos qualificada que contribuiu em muito para o desenvolvimento sólido da Alemanha após a II Guerra Mundial. Esses *Gastarbeiter* (trabalhadores convidados) vieram atraídos por melhores condições de vida e oportunidades de emprego e não porque tinham que sair da Turquia por motivos de perseguição ou guerra. Acabaram ficando na Alemanha passando a construir suas vidas longe de seu país natal. A visão distorcida sobre a não integração dos turcos se baseia em premissas equivocadas como a tendência ao isolamento social, o conhecimento precário do idioma alemão, desinteresse pelos assuntos alemães e procura de informações apenas na mídia turca. Pesquisas revelam que essas premissas não se confirmam e que há um nível bem mais amplo de integração do que se supõe no senso comum. (DW, 2022) A questão dos turcos serve como elemento de análise da complexidade que se reveste a assimilação de uma cultura diferente no seio de uma sociedade como a alemã.

Culpas e erros do passado precisam ser trabalhados de uma perspectiva jurídica e social contextualizadas historicamente. De um lado tem-se um país extremamente desenvolvido e estável que já está na terceira geração após a época do nazismo. Um país que já pagou muitas dívidas com passado, seja com indenizações, seja com uma política clara de exposição e educação sólida sobre o passado que não permite o esquecimento.

Tem-se de outro lado, um problema humanitário que precisa ser assimilado devido ao papel de protagonista econômico, mas também, talvez, como uma forma de compensação (in)consciente do passado nefasto de culpas impostas como ocorreu na I Guerra Mundial (CLARK, 2014, p. 586) e de culpas aceitas e vividas pelos eventos da II Guerra. Aceitar as diferenças e o convívio com pessoas de culturas tão diferentes é um desafio para a sociedade alemã, a qual, mesmo já tendo um histórico positivo de assimilação dos turcos, por exemplo, vive o medo do terrorismo e das eventuais mudanças no seu modo de vida devido a esses novos elementos sociais incorporados na sociedade alemã em virtude da política oficial de aceitação de refugiados.

É possível identificar mudanças importantes na sociedade alemã nas últimas décadas considerando a forma como se promove a cultura da memória, a qual teve significativa mudança após a II Guerra Mundial. A consciência acerca do passado e a memória preservada acaba por fundamentar a evolução no presente. Essa mudança ou evolução social pode ser percebida não apenas na democracia consistente ou na política de integração de refugiados.

O passado é marcante, seja ele em relação a um indivíduo, seja em relação a um povo que não pode deixar de lado a memória consciente do passado. Essas dimensões que separam a vivência do hoje do antecedente e do porvir, em muitos aspectos se resolvem de maneira simples, sem maiores consequências em face, sobretudo, de uma maior capacidade de adaptação e assimilação das experiências passadas. Porém, nem sempre é assim. Para compreender a realidade alemã e hoje em relação aos refugiados, fundamental compreender alguns fatos marcantes da história alemã. O passado sombrio da Alemanha no que se refere a guerra e ao desrespeito aos direitos humanos não pode ser ignorado ou relativizado. A culpa existe e foi trabalhada com a memória, a democracia, as políticas de Estado, a educação formal e o diálogo aberto sobre o passado.

A literatura e o cinema contribuem para o conhecimento sobre o conflito entre o presente e o passado e como o fantasma de Hitler e do nazismo ainda pode assombrar a sociedade alemã, mais de 70 anos depois de sua morte (ou desaparecimento pela fuga como defendem alguns historiadores). (SALINAS, 2010) O escritor alemão Timur Vermes,

escreveu o grande sucesso literário *Er ist wieder da* (Ele está de volta), um romance satírico lançado em livro em 2012.(VERMES, 2014) Nele o autor revela que, a mesma facilidade que se teve nos anos 30 para incutir ideias racistas justificadoras de exclusão, banimento e desaparecimento, poderia facilmente ser recolocada em parcelas importantes da sociedade, não apenas na alemã, mas em qualquer sociedade. O Hitler ressurgido faz uma reflexão chocante e realista ao ter a certeza de que, “basta jogar algumas palavras-chave que logo muitos caem em sua rede.”

O Holocausto foi um evento de repercussões profundas na humanidade e deixou marcas eternas não apenas na sociedade alemã, mas também na humanidade como um todo. Buscar explicações para tais atos praticados por pessoas ditas normais ou incapazes de agredir entes familiares ou animais de estimação foi a motivação para inúmeras pesquisas acadêmicas na área da sociologia e da psicologia onde se buscou e se busca compreender os mecanismos individuais ou/e coletivos que permitiram esse tipo de desvio e de justificação do injustificável. A cientista política Genise Schwan, em sua obra *Politik und Schuld: Die Zerstörerische Macht des Schweigens* de 1997, faz uma análise interessante sobre a questão da culpa e o Holocausto na busca de explicações sobre como uma parte da sociedade alemã foi capaz de perpetrar assassinatos em massa da maneira como foi feito em campos de extermínio como Auschwitz.

Partindo das ideias de Lifton sobre o perfil de médicos da SS como Stangl e Höss e a existência do “eu” normal e de um “eu-Auschwitz”, ou seja, uma moral tradicional que convivia com uma moral interna, própria da SS, conforme formulada por Himmler, ou uma moral nacional-socialista. Essa discussão acadêmica foi feita juntamente com outros pensadores alemães como Harald Welzer e Claudia Koonz sobre o perfil das pessoas que atuavam diretamente nesse processo.

Fritz Fisher em 1961 desafiou a visão histórica conservadora de que a Alemanha não tinha parcela importante de culpa pelo início da I Guerra Mundial no livro *Germany's role in the First World War*, o que abria caminho para um debate nacional acerca da culpa nos conflitos mundiais, sobretudo porque o nazismo e a II Guerra decorreram diretamente da I Guerra como já referido alhures. Ralf Dahrendorf em 1965 abordou a questão da tentativa de golpe de Stauffenberg em julho de 1944 e o terror subsequente como a causa para a destruição da antiga elite alemã e assim ocorrendo a uma abertura brutal para a modernidade. Esse caminho brutal teria, porém, sido bloqueado pela incapacidade da sociedade alemã de passar pelo doloroso processo de responsabilização coletiva conforme abordagem de Margarete e

Alexander Mitcherlich, que se utilizaram de uma abordagem freudiana para chegar a conclusão de que essa “geração culpada” sofreu de uma espécie de amnésia coletiva infantilizada. Entre a parcela da população mais jovem, que não tinha desempenhado um papel direto nesses eventos por serem a segunda geração pós-guerra, havia um sentimento de culpa pelos crimes nazistas perpetrados pela geração anterior cuja moral era duvidosa frente aos fatos que começaram a ser expostas com mais força desde o julgamento de Eichmann em 1960-61. Em 1963, reforçando essa onda de reconhecimento do passado, teve início o chamado Julgamento de Auschwitz em Frankfurt onde várias condenações foram alcançadas, porém, na opinião de muitos, brandas demais. A lembrança dos crimes fez também despertar a noção do quanto foram cúmplices os que viveram aquela época. Assim, mesmo com os julgamentos de nazistas ocorridos na década de 1950, a realidade revelou que uma grande lacuna estava aberta e causava grande desconforto, pois, “pelo menos 300 mil pessoas diretamente envolvidas no genocídio de judeus europeus, de eslavos, pacientes psiquiátricos e de outros grupos minoritários, somente quinhentas foram condenadas.” (KITCHEN, 2013, p. 513-514)

As marcas do passado da Alemanha estão visíveis hoje quando se avalia o quanto a sociedade alemã evoluiu confrontando um passado doloroso com um presente de protagonismo econômico e político. Se de um lado essas máculas do passado foram superadas com o tempo e com a evolução social, por outro elas ainda advertem sobre a possibilidade de renascimento do radicalismo que tem, na essência, elementos centrais já vividos no passado. (WEYERMÜLLER, 2018)

O acolhimento de refugiados pela Alemanha passa a ser uma forma de resgate dos erros do passado, mas provoca uma importante fonte de receios acerca do futuro. Os ideais construídos na época da redação da Constituição de Weimar renascem em ações positivas que indicam um novo caminho aprendido após pesadíssimas penas sofridas com as duras lições do passado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição de Weimar foi um dos marcos republicanos e democráticos de maior expressão na história. Os destroços de uma realidade social fragmentada pela I Guerra Mundial passam a ser remontada com outro formato quando Ebert escolhe a cidade de Goethe para servir de palco para um futuro melhor. Infelizmente o futuro próximo, já na década de

1930, revelou um novo e poderoso sistema de dominação e destruição que se utilizou dos mecanismos democráticos construídos com tanto cuidado e visão pelos constituintes, para chegar ao poder absoluto.

A história do “carvalho de Goethe” não terminou em um campo de concentração. Na verdade, o carvalho de Buchenwald acabou incendiado num bombardeio que atingiu o campo. Ele foi destruído pelo fogo e isso foi um sinal positivo para os prisioneiros, na medida em que se acreditava que aquele carvalho estava ligado a própria existência da Alemanha. Se ele fosse destruído, a Alemanha também seria. Essa crença era apenas um folclore, porém, na época que ocorreu sua destruição, tudo indicava que era o fim da nação. Seus atos e suas culpas indicavam o fim de uma existência.

Passados muitos anos, a história dá novas reviravoltas e a Alemanha protagoniza um grande movimento de aceitação do passado e aceitação de estrangeiros refugiados. A nova realidade de sociedade evoluída e consciente de suas responsabilidades e culpas demonstra a nova etapa de desenvolvimento da sociedade que prima pelos ideais de justiça, igualdade e democracia.

Infelizmente, a guerra entre Rússia e Ucrânia reascende antigas rivalidades geopolíticas que ameaçam o mundo com um possível conflito onde armas nucleares poderão ser usadas. Essa guerra, agora dentro da Europa, causou o deslocamento de milhões de pessoas, inclusive em direção à Alemanha. Um indicativo muito claro de como é difícil aprender com as experiências do passado.

A essência de Goethe e Weimar não foram consumidos pelo fogo como também idealizou Wagner em *O Anel dos Nibelungos*. Certamente os preceitos de Weimar, com suas imperfeições e ingenuidades do passado ressurgiram como identidade social, da mesma forma como se tentou fazer com Goethe, só que agora com uma base muito mais sólida. Muito se aprendeu com Weimar, muito se perdeu e muito se evoluiu.

REFERÊNCIAS

ANDREAS-FRIEDRICH, Ruth. *Diário de Berlim ocupada – 1945-1948*. Tradução: Joubert de Oliveira Brízida. São Paulo: Globo, 2012.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha*. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CLARK, Christopher. *Os sonâmbulos*: Como eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Tradução: Berilo Vargas, Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DW. **Alemanha registra 1,1 milhão de refugiados em 2015**. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/alemanha-registra-11-milh%C3%A3o-de-refugiados-em-2015/a-18963840>. Acesso 20 jun 2022.

DW. **Alemanha gastou 20 bilhões de euros com refugiados em 2016**. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/alemanha-gastou-20-bilh%C3%B5es-de-euros-com-refugiados-em-2016/a-38967096>. Acesso 23 jun. 2022.

DW. **A saga dos turcos na Alemanha**. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/a-saga-dos-turcos-na-alemanha/a-542993>. Acesso em 28 jun 2022.

DENNIS, David B. **Desumanidades: Interpretações nazistas da Cultura Ocidental**. Tradução João Barata. São Paulo: Madras, 2014.

EXAME ABRIL. **Como 10 países europeus enxergam os refugiados**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mundo/como-10-paises-europeus-enxergam-os-refugiados/>. Acesso: 10 jul 2017.

EVANS, Richard J. *A chegada do Terceiro Reich*. Tradução Lúcia Brito. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

EVANS, Richard J. *O Terceiro Reich no poder*. Tradução Lúcia Brito. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2014.

GLOBO. **Como o mundo vê a Alemanha um ano após a crise migratória?** Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/como-o-mundo-ve-alemanha-um-ano-apos-crise-migratoria.html>. Acesso em 30 jun 2022.

GLOBO. **Número de deslocados em todo o mundo passa de 65 milhões, diz ONU**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/numero-de-deslocados-em-todo-o-mundo-passa-de-65-milhoes-diz-onu.html>. Acesso em 10 jun. 2022.

HAFFNER, Sebastian. *Preussen ohne Legende*. BTB-Verlag: München, 1998.

HART, H. Linddell. *Confissões dos generais alemães*. Tradução: Ana Maria da Costa. Rio de Janeiro: Editora Artenova SA, 1976.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAHN, Leo. *Julgamento em Nuremberg: Epílogo da tragédia*. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda, 1973.

KAUFFMANN, Gregoire. *Guerra Civil Espanhola*. In: **Século de sangue: 1914-2014 – As Vinte Guerras que Mudaram o Mundo**. Emmanuel Hecht Pierre Servent (org.). Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.

KERSHAW, Ian. *Hitler*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha Moderna: De 1800 aos dias de hoje*. Tradução: Cláudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

LAMBERT, Angela. *A história perdida de Eva Braun*. Tradução: Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Globo, 2007.

LE NAOUR, Jean-Yves. *A Primeira Guerra Mundial: O batismo do século. 1914-1918*. In: **Século de sangue: 1914-2014 – As Vinte Guerras que Mudaram o Mundo**. Emmanuel Hecht Pierre Servent (org.). Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.

MORIN, Edgar. *Para onde vai o mundo?* Tradução de Francisco Morás, 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

REMARQUE, Eric Maria. *Nada de Novo no Front*. Tradução: Helen Rumjanek. Porto Alegre: L&PM, 2008.

RYDEL, Anders. *Ladrões de livros: A história real de como os nazistas roubaram milhões de livros durante a Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Rogério Galindo. São Paulo: Planetado Brasil, 2018.

SALINAS, Juan, De Nápoli, Carlos. *Ultramar Sul: A última operação secreta do Terceiro Reich*. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial*. Tradução: Roberto Cataldo. São Paulo: Contexto, 2013.

URWAND, Ben. *A colaboração: O pacto entre Hoolywood e o Nazismo*. Tradução: Luis Reyes Gil. São Paulo: Leya, 2014.

VERMES, Timur. *Ele está de volta*. Tradução: Peterso Rissati. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

VITKINE, Antoine. *Mein Kampf: A história do livro*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. *Refugiados na Alemanha: História, Direitos Humanos e Adaptação*. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2018.

Submetido em 05.10.2022.

Aceito em 03.03.2024.